

KUPFER, D. Desenvolvimento Mínimo. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 08/02/2006.

---

## **Desenvolvimento Mínimo**

08/02/2006

A economia é uma ciência surpreendente. É conhecido o axioma segundo o qual, qualquer que seja o assunto, basta juntar-se dois economistas para se ter três opiniões. Mas os economistas brasileiros não seguem esse esperado padrão comportamental. Aqui há apenas duas opiniões, qualquer que seja o tema e o número de economistas que dele participe. Um dos temas em que esse axioma se aplica de forma mais cabal é o debate sobre a pertinência de iniciativas de valorização do salário mínimo.

No Brasil, muitos economistas sempre se posicionam contrários a qualquer proposta de aumento do valor do salário mínimo. O argumento da moda é de natureza fiscal. Dependendo da estimativa, cada 1 R\$ de aumento do salário mínimo provoca um impacto de R\$ 150 a 200 milhões a mais nos gastos públicos. Os cálculos sugerem que a recente decisão de elevar o salário mínimo para R\$ 350,00 a partir de abril próximo, irá pressionar o gasto público em cerca de 0,5% do PIB. O impacto direto previsto nos gastos previdenciários poderá atingir mais de R\$ 8 bilhões, além de despesas extras de R\$ 810 milhões e R\$ 1,1 bilhão nas contas de estados e prefeituras. O receio é de que o populismo salarial do governo jogue por terra todo o esforço fiscal realizado nos últimos anos que, finalmente, estaria trazendo seus benefícios na forma de maior estabilidade econômica, menor risco-país e menor vulnerabilidade externa.

No passado, as razões contrárias a aumentos do salário mínimo envolviam argumentos os mais diferenciados: os efeitos negativos sobre a renda em função do aumento do desemprego e do crescimento do setor informal; os efeitos restritivos sobre a evolução da produtividade e, daí, sobre o crescimento econômico, em vista das distorções alocativas em favor das atividades intensivas em capital; ou os efeitos perversos sobre a distribuição de renda decorrentes dos impactos inflacionários dos aumentos salariais, que penalizariam exatamente os mais pobres.

O problema é que ainda hoje a maioria dos economistas trata o mercado de trabalho como perfeitamente competitivo, estando portanto sujeito às leis básicas da concorrência: aumentos de preços provocam contração da demanda. Esse modelo jamais mostrou-se capaz de realizar previsões satisfatórias. Tantas divergências, disputas e contradições entre os estudiosos sugerem que a teoria econômica ainda está engatinhando na tarefa de tecer as intrincadas relações entre salário mínimo e o funcionamento da economia.

Sem modelos teóricos que permitam cálculos inequívocos em temas tão complexos como esse, o debate deve ser conduzido no plano empírico. Com base em novas técnicas econométricas aplicadas a microdados, estudos publicados nos EUA no início da década de 90, e o enorme debate que daí sucedeu, ajudaram a desmontar o tabu de que aumentos do

salário mínimo implicavam menos emprego para os trabalhadores da base do mercado de trabalho. No Brasil, embora a questão seja mais complicada devido ao maior peso do setor informal, as evidências recentes também sugerem que aumentos do salário mínimo pouco ou nada afetaram o nível de emprego, trazendo portanto resultados positivos sobre a renda do trabalho.

Quanto aos efeitos sobre a distribuição de renda, começam a se tornar freqüentes estudos mostrando que os aumentos recentes do salário mínimo reduziram a pobreza metropolitana no país. Esses estudos são mais convergentes em constatar que os ajustes do salário mínimo favoreceram os que ganham salários em torno desse valor sem provocar desemprego, reduziram as disparidades salariais em relação aos trabalhadores de maiores salários, produziram uma certa troca de posições entre trabalhadores formais no piso da pirâmide salarial e trabalhadores informais, melhoraram a situação dos aposentados urbanos e rurais e reduziram a pobreza. Enfim, aumentaram a renda da população e melhoraram a sua distribuição.

Quanto à clientela, os números em torno do salário mínimo são reconhecidos como suficientemente significativos para torná-lo um alvo relevante da política pública. Dados da última PNAD mostram que cerca de 40 milhões de brasileiros, incluindo 11 milhões de trabalhadores com carteira, 8 milhões de trabalhadores por conta própria e 5 milhões de empregados domésticos, além de 16 milhões de beneficiários no INSS, vivem atrelados ao salário mínimo. Além desses, existem ainda outros milhões de trabalhadores que têm seus salários influenciados pelo valor do mínimo, o chamado efeito farol. Embora difícil de ser medido e alvo de muita controvérsia, ao menos em regiões metropolitanas o efeito é evidenciado pela alta correlação entre salário mínimo e salário médio da população ocupada, sempre constatada pelas pesquisas sobre rendimentos do trabalho.

Por tudo isso, a política de elevação do salário mínimo não é boa nem ruim em si mesma, e não pode ser avaliada como uma iniciativa isolada e independente do contexto em que está ocorrendo. A questão é, portanto, de definição de prioridades. Se a elevação do salário mínimo é geradora de renda e meritória no plano distributivo, cabe ao governo articulá-la com outras políticas públicas. Desoneração tributária dos baixos salários e transferências compensatórias para entes públicos que não consigam arcar com os custos do ajustamento são algumas delas. A despeito dos temores dos fiscalistas, o certo é que o atual patamar de execução do orçamento permite absorver os efeitos de aumentos moderados do salário mínimo, como o que foi decidido em janeiro último, sem sequer comprometer a meta atual de superávit primário. Ao mesmo tempo, uma política de juros menos apertada no futuro poderá abrir espaços adicionais para acomodar a sustentação dessa política.

É importante reconhecer que o mercado de trabalho brasileiro encontra-se achatado não somente pelas baixas taxas de crescimento econômico de longo prazo, mas também pela modernização tecnológica acelerada nos setores *tradables* e pelas intensas operações de fusões e aquisições e outras formas de consolidação patrimonial entre empresas, que eliminam empregos sem dó nem piedade. Não é necessário, portanto, ser um especialista em mercado de trabalho e em políticas sociais para defender a idéia de que todo e qualquer espaço para reduzir a enorme dívida social brasileira deve ser aproveitado. Do contrário, é praticar somente políticas de estabilização máxima. E de desenvolvimento mínimo.

David Kupfer é professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do Grupo de Indústria e Competitividade (GIC-IE/UFRJ – [www.ie.ufrj.br/gic](http://www.ie.ufrj.br/gic) - [gic@ie.ufrj.br](mailto:gic@ie.ufrj.br))